

## QUADROS DE UM NOVO URBANISMO MILITAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PROFERIDOS POR JAIR BOLSONARO E WILSON WITZEL

### **Pablo Ornelas Rosa**

Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP, Mestre em Sociologia Política e Bacharel em Ciências Sociais pela UFSC. Pós-doutorado em Sociologia pela UFPR e em Saúde Coletiva e Psicologia pela UFES. Professor Permanente nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia Política e em Segurança Pública da UVV e do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da UNIVC.

<http://lattes.cnpq.br/1908091180713668>

[pblorosa13@gmail.com](mailto:pblorosa13@gmail.com)

### **Juliana Santana Palomé**

Mestra em Sociologia Política (Bolsa CAPES) e Bacharel em Direito pela Universidade Vila Velha (UVV).

<http://lattes.cnpq.br/5387139277356747>

[julianapalome@hotmail.com](mailto:julianapalome@hotmail.com)

### **Leila Milli Fernandes**

Mestra em Sociologia Política (Bolsa FAPES) pela Universidade Vila Velha e Graduada em Pedagogia pela UNISERRA.

<http://lattes.cnpq.br/8850462800087446>

[leilamilli@hotmail.com](mailto:leilamilli@hotmail.com)

### **Fabiano Contarato**

Mestrando em Sociologia Política e Bacharel em Direito pela Universidade Vila Velha (UVV).

<http://lattes.cnpq.br/9964151247241427>

[academico.contarato@gmail.com](mailto:academico.contarato@gmail.com)

### **RESUMO**

O artigo apresentado propõe uma análise sobre os discursos proferidos pelo presidente Jair Messias Bolsonaro e pelo governador do Rio de Janeiro Wilson José Witzel sobre o campo da segurança pública. A investigação realizada toma como ponto de partida a hipótese apresentada por Stephen Graham (2016) acerca da expansão de uma nova ordem social pautada na “militarização”, tendo contado com uma inspiração metodológica goffmaniana acerca do uso dos quadros de análises a partir da produção de dados através das plataformas digitais. A análise se fundamentou não apenas na perspectiva de Graham acerca do novo urbanismo militar, como também contou com a analítica foucaultiana e sua genealogia do poder, sobretudo, no que se refere ao racismo de Estado.

**Palavras-chave:** militarização; urbanismo militar; segurança pública; racismo de Estado.

## **ABSTRACT**

The presented article proposes an analysis of the speeches given by President Jair Messias Bolsonaro and by the governor of Rio de Janeiro Wilson José Witzel on the field of public security. The investigation carried out takes as its starting point the hypothesis presented by Stephen Graham (2016) about the expansion of a new social order based on “militarization”, having relied on a Goffmanian methodological inspiration about the use of analysis frameworks based on the production of data through digital platforms. The analysis was based not only on Graham's perspective on the new military urbanism, but also on Foucault's analysis and his genealogy of power, above all, with regard to State racism.

**Keywords:** militarization; military urbanism; public security; state racism.

## **Introdução**

O artigo exposto decorre da junção de duas pesquisas de mestrado e uma de pós-doutorado, além de uma revisão de literatura, que convergem justamente por ter um objeto comum: o retorno da extrema direita no Brasil e a exaltação de um tipo particular de conservadorismo associado a certo entendimento sobre ordem, autoridade e hierarquia, remetendo à defesa de um novo urbanismo militar, que ocorre tanto em um nível nacional com Jair Bolsonaro, quanto em um nível estadual com Wilson Witzel, ambos vitoriosos nas eleições de 2018. Embora tenhamos partido do princípio de que esse novo urbanismo militar não seja uma novidade no Brasil, tendo em vista que abandonamos o período da ditadura civil-militar que se inicia com o golpe de 1964 sendo finalizado somente a década de 1980, verificamos a importância de ressaltar os discursos proferidos por estes dois distintos representantes dessas novíssimas direitas brasileiras (ROSA, 2019), sobretudo, no que tange a área da segurança pública, considerando a forma como tem se expandido uma nova ordem social pautada na “militarização”, conforme evidenciou Stephen Graham (2016).

O objetivo dessa investigação foi compreender se de fato houve a intensificação de um processo de militarização através das ações e discursos proferidos por Jair Bolsonaro e Wilson Witzel. Não obstante, constatamos que o fenômeno da militarização no Estado do Rio de Janeiro, bem como na esfera federal, parece tomar ares de uma guerra moderna, travada em terreno urbanizado. Nessa perspectiva, o artigo se preocupa com questões que se inserem no campo do novo urbanismo militar, sob o

prisma de uma mudança paradigmática que Graham (2016) identifica como generalização da guerra como metáfora para a descrição de uma condição perpétua de perseguição a certos indivíduos convertidos em inimigos e que, portanto, devem ser neutralizados e até mesmo exterminados, justamente por atuarem na criminalidade, através da produção, comércio e consumo de substâncias psicoativas ilícitas, do crime contra o patrimônio e a vida, terrorismo, narcotráfico e contra quaisquer tipos de insegurança que venha a ameaçar a vida do suposto “cidadão de bem”. Desse modo, para Graham (2016), a violência política e militar está de volta às cidades e se fundamenta em uma doutrina de dominação oriunda do período colonial que ressurgiu no período pós-colonial de guerras contemporâneas travadas no hemisfério sul, e que agora passa a ser adotada nas cidades do norte como modelos de segurança.

A análise apresentada contou com pesquisas que consideraram as informações disponibilizadas nas plataformas digitais de diversos meios de comunicação corporativos brasileiros e internacionais amparados em distintas orientações políticas. Contudo, ao nos depararmos com discursos persecutórios, proferidos tanto por Jair Bolsonaro quanto por Wilson Witzel, orientados pela existência de uma suposta guerra permanente contra o crime, encontramos em Stephen Graham (2016), sobretudo, no que se refere à emergência de um novo urbanismo militar, uma explicação que nos ajuda a compreender esse fenômeno crescente mesmo nas democracias liberais contemporâneas. Além disso, também contamos com a utilização das análises de Michel Foucault (2010), sobretudo, no que se refere ao entendimento sobre o racismo de Estado, para nos ajudar a compreender a relação entre o fenômeno da militarização e a constituição de um novo sujeito histórico que governamentaliza essa racionalidade bélica presente na vida de brasileiros em pleno século XXI, reestabelecendo um novo inimigo e consequentemente redirecionando sua conduta persecutória aquela parcela da população negra, jovem e mais pauperizada, estigmatizada como criminosa.

É importante destacar que o aprimoramento e a consequente aplicação de tecnologias de informação que proporcionam a comunicação de um grande número de pessoas e a troca de dados de modo rápido e de forma global possibilitaram à criação de novos horizontes de realidade no mundo contemporâneo, decorrentes de uma espécie de definição de situação, apresentada por Goffman (2012, p. 23) ao tratar dos ensinamentos de William Thomas - mas que no século XXI passa a ser mediado por

meio de plataformas digitais -, presumindo que *“se as pessoas definem as situações como reais, elas se tornam reais em suas consequências”*.

Desse modo, presumimos que se as pessoas definem que vivemos em uma sociedade caracterizada pela guerra permanente e pela consequente militarização nos espaços urbanos fomentada pela busca incessante do combate ao inimigo, conforme evidenciou Graham (2016), esse fato pode se tornar real em suas consequências, ao ponto de serem mobilizadas políticas públicas no campo da segurança que reiteram esse novo urbanismo militar que visa a persecução e eliminação daqueles indivíduos que supostamente ameaçam a ordem social.

No entanto, embora a noção de definição de situação seja um tanto quanto limitada para tratar da complexidade da realidade social, uma vez que versa sobre as representações sociais e seus efeitos, já que *“esta afirmação é verdadeira em sua formulação literal, mas falsa na maneira como é interpretada”* (Goffman, 2012, p. 23), Goffman (2012) ainda propõe a utilização do termo *“quadro”* a partir do sentido atribuído por Gregory Bateson, que apresenta certa pressuposição de que *“as definições de uma situação são elaboradas de acordo com os princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; quadro é a palavra que uso para me referir a esses elementos básicos que sou capaz de identificar”* (Goffman, 2012, p. 34). Portanto, o autor argumenta que a *“análise de quadros é o slogan para referir-me ao exame, nesses termos, da organização da experiência”*. (Goffman, 2012, p. 34)

Desse modo, a abordagem metodológica utilizada na confecções desse artigo que foi inspirada nos quadros de análise apresentados por Goffman (2012), possuindo certa particularidade no que se refere ao processo de mediação que deixa de ocorrer necessariamente de forma face a face, possibilitou certo acesso aos conteúdos veiculados em diversas plataformas digitais, dispostas em redes, sites e canais virtuais que provavelmente não seriam localizados de outra maneira, não ficando somente restrito aos materiais encontrados em livros, revistas e artigos, a fim de construir uma análise a respeito da militarização de segurança pública que se apresenta cada vez mais latente não só no estado do Rio de Janeiro sob a égide do governo de Witzel, como no governo federal presidido por Bolsonaro.

Não obstante, o estudo procurou focalizar no fenômeno da militarização da segurança pública no Rio de Janeiro e no Brasil, tendo como objeto de investigação os

discursos proferidos por Witzel e Bolsonaro sobre a área da segurança pública e como esses discursos decorrem da ascensão das novíssimas direitas brasileiras, analisadas após o pleito eleitoral do ano de 2018.

### **A emergência de um novo urbanismo militar no Brasil do século XXI**

Conforme mostrou Graham (2016), as operações militares em áreas urbanas ocorrem desde o surgimento das cidades, mas parece que houve uma redescoberta do assunto após o fim da Guerra Fria, embora os conflitos urbanos neste período tenham sido também frequentes. Isto é um indicativo de que se sempre ocorreu esse fenômeno bélico desde os primeiros processos de urbanização que foram consolidados, hoje parece que as cidades passaram a ganhar ainda mais importância no cenário da guerra.

Ademais, Mendonça (2017) argumenta que com um amplo processo de urbanização e concentração de pessoas nestes espaços, a cidade tornou-se um espaço para a guerra utilizado por grupos rebeldes que desafiam o poder do Estado, enquanto ideólogos dos exércitos estadunidense e israelense enfatizam o seu aspecto caótico, qualificando-a constantemente como lugares que abrigam “terroristas” e “insurgentes desumanos”. Este espaço de conflito diferente do campo de batalha tradicional não tem um *front* ou retaguarda, tampouco deve ser tratado como uma horizontalidade, mas sim um terreno profundo de várias camadas no qual o combate é sempre simultâneo a vida e a qualquer outra atividade. “*O conceito de campo de batalha permeia tudo, das escalas moleculares da engenharia genética e da nanotecnologia, passando pelos espaços cotidianos e experiências da vida na cidade, até esferas planetárias do espaço e o ciberespaço da internet que atravessa o globo.*” (Graham, 2016, p. 84)

Enquanto os geógrafos urbanos recorrentemente entendiam que as cidades eram locais onde as identidades se formavam, o capital social era construído e novas formas de ação coletiva emergiam, a marinha estadunidense as compreendia de uma outra forma, conforme constatou Graham (2016, p. 79), já que “*historicamente, as cidades são os locais onde ideias radicais são fermentadas, dissidentes encontram aliados e grupos descontentes recebem atenção da mídia*”. Dessa forma, diferentemente de uma abordagem amparada na solidariedade social, conforme encontramos em uma perspectiva sociológica funcionalista durkheimiana, o autor constatou que as cidades são “*uma fonte provável de conflito no futuro*” (Graham, 2016, P. 79). Isso o levou a

compreender que “a combinação de antiurbanismo racializado de direita e nova doutrina militar é incendiária.” (Graham (2016, p. 80).

Ela significa que não só as principais cidades domésticas, mas também cidades distantes no coração da Guerra ao Terror, são vistas como campos de batalha problemáticos ou anárquicos, revelando contrastes profundos com as supostas ordens, segurança e harmonia das zonas normalizadas dos bairros residenciais e das comunidades abastadas suburbanas e semiurbanas – zonas que precisam ser protegidas das ameaças e dos contágios que emanam de todas as cidades em toda parte. Quando as técnicas de (tentativa de) controle urbano – zonas de segurança isoladas, muros, rastreamento, biometria, armas ostensivamente não letais, mineração de dados – são semelhantes em Gaza, Bagdá e Nova York, então a indistinção se torna inevitável, em especial se acompanhada por uma demonização generalizada de direita das cidades centrais. (Graham, 2016, p. 80)

Seguindo a perspectiva apresentada por Graham (2016), a “nova doutrina militar” criaria um outro tipo de definição de guerra, entendendo-a como um exercício permanente e sem limites do conflito urbano orientado pela persecução de inimigos identificados como ameaçadores de certa ordem social através de suas práticas criminais, figurando como alvo dessas políticas segregacionistas. Nesse sentido, coloca-se

operações de segurança e militares de alta tecnologia – junto com terceirizados do setor privado e corporações militares – contra uma vasta série de adversários não estatais. Tudo isso ocorre dentro de um ambiente marcado por uma intensa midiaticização, um alto grau de mobilidade e a rápida exploração de novas tecnologias militares. (Graham, 2016, p. 80)

No passado, os combates atuavam belicamente em áreas isoladas, distantes ou até mesmo no entorno das cidades, com tropas equipadas e entrincheiradas no terreno definido. No entanto, foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial, com veículos blindados, que efetivamente houve a realização de uma maior dinâmica no combate, propiciando uma maior velocidade de deslocamento das tropas, modificando definitivamente o cenário estático da guerra de trincheiras. Ataques aéreos, por sua vez, foram utilizados para promover o terror na cidade e destruir o habitat de sobrevivência do suposto inimigo, modificando também a lógica da guerra, que passou a se realizar em uma velocidade atroz, considerando o espaço vertical situado entre a superfície terrestre e a órbita das aeronaves (Mendonça, 2017).

Diante de tais acontecimentos, foi rápido o desenvolvimento dos combates para o terreno urbano, o que ocorreu inerentemente ao processo de urbanização, uma vez que se tornou extremamente oneroso sustentar posições estratégicas em terreno aberto,

que ficaram, portanto, à mercê de veículos blindados capazes de romper facilmente as linhas de trincheiras, destroçando as tropas estacionadas ou empreendendo ataques aéreos aptos a dizimar aquelas que estivessem expostas em solo descoberto. Por conta disso, embora a cidade tenha sido alvo deliberado de ataques aéreos, buscou-se cada vez mais se esconder em seu subsolo, principalmente quando esta dispunha de infraestruturas subterrâneas, como os *bunkers*.

Uma consequência imediata disso foi que a guerra moderna adquiriu extrema complexidade a partir do processo de imersão da cidade no conflito como espaço de batalha permanente e não apenas como um campo de combate momentâneo. Tal conflito, não mais se limitando aos combates de rua, adquiriu mais dramaticidade, pois evidenciou-se que um maior número de civis passou a ficar mais exposto, sendo alvo de ataques que visavam destruir não somente o exército inimigo, mas o lugar em que habitavam (Graham, 2016). Portanto, será por meio desse processo caracterizado pelo ataque à certas áreas urbanas identificadas pela existência intrínseca de uma suposta criminalidade territorializada, que analisaremos esse novo urbanismo militar que opera a partir de certo racismo de Estado, não somente no governo fluminense de Witzel, mas também com a gestão do presidente Jair Bolsonaro.

O evolucionismo, entendido num sentido lato – ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto o conjunto, o pacote de suas noções (como: hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre as espécies, seleção que elimina os menos adaptados) – tornou-se, com toda a naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever e termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações de colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los. E pode-se compreender também porque o racismo se desenvolve nessas sociedades modernas que funcionam baseadas no modo do biopoder; compreende-se por que o racismo vai irromper em certo número de pontos privilegiados, que são precisamente os pontos em que o direito à morte é necessariamente requerido. O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo. A guerra. Como é possível não só travar a guerra contra os adversários, mas também expor os próprios cidadãos à guerra, fazer que sejam mortos milhões (como aconteceu justamente desde o século XIX, desde a segunda metade do século XIX), senão, precisamente, ativando o tema do racismo? Na guerra, vai se tratar de duas coisas, daí em diante: destruir não simplesmente o adversário político, mas a raça adversa, essa [espécie] de perigo biológico representado, para a raça que somos, pelos que estão à nossa frente. É claro, essa é apenas, de certo modo, uma extrapolação biológica do tema do inimigo político. No entanto, mais ainda, a guerra – isto é absolutamente novo –

vai se mostrar, no final do século XIX, como uma maneira não simplesmente de fortalecer a raça adversa (conforme os temas da seleção e da luta pela vida), mas igualmente de regenerar a própria raça. Quanto mais numerosos forem os que morrerem entre nós, mais pura será a raça que pertencemos (Foucault, 2010, p. 2016)

## O novo urbanismo militar no Rio de Janeiro

Em 1º de Janeiro de 2019, Wilson Witzel, um ex- fuzileiro naval e ex-juiz federal<sup>1</sup>, tomou posse como governador eleito do estado do Rio de Janeiro pelo Partido Social Cristão - PSC<sup>2</sup>. Nascido em Jundiaí, no interior de São Paulo, casado e pai de 04 filhos, ele se formou no curso técnico de topografia e, aos 18 anos, ingressou na Escola de Formação de Oficiais da Marinha, onde alcançou o posto de segundo tenente<sup>3</sup>.

Witzel tinha um 1% das intenções de voto na primeira pesquisa Ibope que analisou as eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro durante o primeiro turno das eleições, quando declarou apoio à candidatura de Jair Messias Bolsonaro (PSL) à Presidência da República<sup>4</sup>. Desde o início da campanha, o ex-juiz federal se dizia alinhado às propostas de Bolsonaro, o que acabou angariando 59,8% dos votos no Estado do Rio de Janeiro já no primeiro turno das eleições de 2018, apresentando-se aos eleitores como uma alternativa a corrupção e aos já conhecidos políticos fluminenses, além de se mostrar conservador e religioso, assim como o presidente eleito.

Apesar de nunca ter tido o apoio direto do presidenciável Jair Bolsonaro, Witzel contou com a ajuda de seu filho Flávio Bolsonaro, senador eleito no Rio de Janeiro com o maior número de votos à época, tendo participado de atos em sua campanha. Isso se faz evidente no discurso proferido por Flávio junto a Witzel<sup>5</sup>, em que afirma que:

“Todos nós vestimos a mesma camisa, a camisa do Brasil. É o candidato que eu conheço há bastante tempo, uma pessoa séria. Abriu mão de uma carreira

---

<sup>1</sup> CONHEÇA a trajetória de Wilson Witzel, governador eleito do Rio de Janeiro. (2018) .Disponível em:<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/album/2018/10/28/conheca-a-trajetoria-de-wilson-witzel.htm#fotoNav=1>. Acesso em: 26 de jun. de 2020.

<sup>2</sup> O Partido Socialista Cristão- PSC é um partido formado, em sua maioria por cristãos evangélicos e conservadores. Apresenta uma retórica anticomunista e defende medidas liberais na economia e valores tradicionalistas no âmbito moral e das políticas públicas.

<sup>3</sup>ZAPATER. T. Eichmann, Witzel e a banalidade do mal no Rio de Janeiro. Justificando. (2019). Disponível em:<https://www.justificando.com/2019/10/03/eichmann-witzel-e-a-banalidade-do-mal-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

<sup>4</sup> SABÓIA, G.; KAWAGUTI, L. e MATTOS, R. (2018) Um ex-juiz na onda Bolsonaro. Disponível em:<https://www.uol/eleicoes/especiais/wilson-witzel-e-eleito-governador-do-rio-de-janeiro.htm#tematico-1>. Acesso em: 24 d jul. 2020.

<sup>5</sup>WITZEL tem apoio de Flávio Bolsonaro no 2º turno. (2018). Disponível em:<https://www.tribunarij.com.br/witzel-pode-voltar-a-usar-imagem-de-flavio-bolsonaro-em-propaganda-eleitoral/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

na área jurídica para poder ajudar o Rio de Janeiro. Witzel é uma boa alternativa para governador do Estado. Tem muita convergência ideológica, em especial nessa questão da segurança pública que a gente vai resolver”.

A assessoria de campanha de Witzel chegou a pagar um anúncio no Google que associava o ex-juiz ao sobrenome Bolsonaro<sup>6</sup>. Isso ocorria quando se digitava “Bolsonaro” no buscador, encontrando-se um link com a chamada “*Bolsonaro apoia Witzel*”. Somente ao clicar, o eleitor tinha ciência de que o apoio era de Flávio Bolsonaro, e não de seu pai Jair Bolsonaro.

Durante toda a campanha eleitoral de 2018, Witzel adotou um discurso agressivo para tratar da área de segurança pública. Isso pode ser constatado quando o atual chefe do executivo fluminense passou a dizer que em sua gestão os policiais teriam autorização para “abater” pessoas que estivesse portando fuzil, mesmo que a situação não fosse de combate<sup>7</sup>. Assim, segundo Witzel, não seria mais necessário que a pessoa estivesse mirando ou ensejando alguma ameaça com a arma para que os policiais atirassem. Segundo ele, “*o correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro*”<sup>8</sup>

O governador do Estado do Rio de Janeiro eleito em 2018 fez diversas declarações públicas, colocando em prática ações relacionadas à chamada “guerra às drogas” apresentadas como justificativa para intervenções policiais militarizadas em áreas periféricas, caracterizadas por altos níveis de violência, o que, ao colocar cotidianamente em risco a vida de milhares de pessoas, acabou recebendo críticas, inclusive, da anistia internacional<sup>9</sup>.

Em encontro fechado com membros das forças de segurança, Witzel prometeu, que se necessário, irá “*cavar covas*” e fará navios-presídios para garantir a privação de liberdade de supostos criminosos.<sup>10</sup> O governador eleito ainda sugeriu que deveriam ser

---

<sup>6</sup> SABÓIA, G. e MATTOS, R. (2018) Witzel paga google para se associar a Bolsonaro, que não o apoia. disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/20/witzel-paga-google-para-se-associar-a-bolsonaro-que-nao-o-apoia.htm>. Acesso em: 02 de jul. 2020.

<sup>7</sup> FRANCO, L. (2018) Eleições 2018: Wilson Witzel, o ex-juiz que venceu a eleição de governador do Rio com discurso linha-dura. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46013245>. Acesso em: 14jun 2020.

<sup>8</sup> WILSON, Witzel: polícia vai fazer vai mirar na cabecinha e... fogo. (2018). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/wilson-witzel-a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

<sup>9</sup> MARTINS, A. Relatório da Anistia Internacional critica política de segurança de Witzel. (2020). Disponível em: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detahes/relatorio-da-anistia-internacional-critica-po>. Acesso em: 14 jun. 2020.

<sup>10</sup> SALLES, S. (2018). Witzel fala em covas e navios- presídios para criminosos, em encontro com agentes de segurança. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/witzel-fala-em-covas-navios-presidios-para-criminosos-em-encontro-com-agentes-da-seguranca-23182795>. Acesso em: 19 jun. 2020.

realizadas intervenções nas favelas para facilitar a entrada da polícia e armar a Guarda Municipal nos municípios que assim desejassem.<sup>11</sup> Ele também se posicionou favoravelmente ao armamento da população, concordando inclusive com o uso de helicópteros para atirar em moradores de favelas tratados como suspeitos durante as operações policiais, mostrando-se favorável a parcerias público-privada na gestão de presídios.

Por diversas vezes, Wilson Witzel não apenas apareceu vestido com trajes de policial e simulando dar tiros de fuzil<sup>12</sup>, como também figurou publicamente fazendo flexões juntamente com o Batalhão de Operações Especiais - BOPE (assim como o próprio presidente Jair Bolsonaro o fez <sup>13</sup>) e a bordo de um helicóptero, no qual um policial disparou tiros contra a cidade de Angra dos Reis<sup>14</sup>. Não obstante, em agosto de 2019, logo após um atirador de elite matar o sequestrador de um ônibus na ponte Rio-Niterói, Witzel chegou ao local de helicóptero e desembarcou vibrando, sorrindo e comemorando o desfecho da ação policial que resultou não na apreensão do suspeito, mas em sua morte<sup>15</sup>.

Em documento encaminhado ao Supremo Tribunal Federal - STF, em resposta a uma ação ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB em novembro de 2019, onde foi contestada a política de segurança pública implementada pelo atual governador do Rio de Janeiro, foram solicitadas medidas que diminuíssem os índices de letalidade policial, como o fim do uso de aeronaves como plataforma de disparo de tiros em operações em favelas (Palomé, 2022). Contudo, Witzel justificou que *“deu continuidade ao trabalho de segurança pública que vinha sendo empreendido pelo Exército e foi além: adotou a política de tolerância zero com meliantes que ameaçam o direito de ir e vir da população com armas de grosso calibre”*<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> FRANCO, L. (2018) Quem é Wilson Witzel, o juiz que venceu no Rio com discurso linha-dura. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/eleicoes/2018/10/28/quem-e-wilson-witzel-o-juiz-que-venceu-no-rio-com-discurso-linha-dura.htm>. Acesso em: 14 jun.2020.

<sup>12</sup>CAPELLI, P. (2019). Witzel usa uniforme do Bope e dá tiro de sniper: 'Pela vida dos cidadãos de bem', postou assessor. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/witzel-usa-uniforme-do-bope-da-tiro-de-sniper-pela-vida-dos-cidadaos-de-bem-postou-assessor-23844341>. Acesso em: 19 jul. 2020.

<sup>13</sup>SOARES, R. (2019). Witzel faz flexões durante cerimônia de troca de comando do Bope; veja vídeo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/witzel-faz-flexoes-durante-cerimonia-de-troca-de-comando-do-bope-veja-video-23371361>. Acesso em: 28 de jul. 2020.

<sup>14</sup>MACIEL.M.(2019). Helicóptero com Witzel abordo metralhou tenda de orações em Angra dos Reis. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/helicoptero-com-witzel-bordo-metralhou-tenda-de-oracoes-em-angra-dos-reis-23648907>. Acesso em: 20 JUL.2020.

<sup>15</sup>CASSIANO, R. (2019). Witzel chega de helicóptero e comemora ação do Bope na Ponte Rio-Niterói. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/08/5673980-video--witzel-chega-de-helicoptero-e-comemora-acao-do-bope-na-ponte-rio-niteroi.html>. Acesso em: 28 jul.2020.

<sup>16</sup>WITZEL afirma que abate de criminosos não viola a Constituição Federal. (2020). Disponível em:

Ainda sobre o documento encaminhado pelo STF, o governador defendeu a sua política de segurança pública, referindo-se ao crime organizado do Rio de Janeiro como *“terrorismo urbano”*, argumentando que buscou *“[...] cumprir o papel do Estado na repressão ao crime organizado, ao tráfico de drogas, ao roubo de cargas e, em última análise, a um regime de terrorismo urbano que os criminosos vinham impondo à população fluminense, sobretudo os mais humildes que residem em comunidades carentes<sup>17</sup>”*. Esse discurso acaba por evidenciar a hipótese por nós apresentada acerca da emergência de um novo urbanismo militar, conforme sugeriu Graham (2016), pautado pelo uso de tecnologias que permitem às forças do Estado atuarem como se estivessem realmente em uma guerra, visando exterminar os seus inimigos urbanos que estão supostamente envolvidos com a criminalidade.

Sobre a atuação de militares do exército no Estado do Rio de Janeiro, merece destaque a morte do músico Evaldo dos Santos Rosa que estava com a esposa e outros familiares, indo a um chá de bebê quando teve seu carro alvejado por mais de 80 tiros de fuzil disparados pela força militar do exército.<sup>18</sup> Diante disso, é importante destacar o levantamento realizado pelo Ministério da Defesa em parceria com o Comando do Exército em que apurou que nos últimos 10 anos, o Exército Brasileiro já teve que ir às ruas em mais de 1.300 dias, o que equivale a mais de três anos de operações. O Exército participou 67 vezes de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na última década em 17 Estados, particularmente atuando na segurança de reuniões, encontros e cúpulas com autoridades de Estado, 15 eventos esportivos e 9 eleições ou plebiscitos<sup>19</sup>

O emprego de militares na segurança pública exercendo papel de polícia é constitucionalmente permitido no Brasil a partir do art. 142 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar 69 de 1991, que prevê a atuação das Forças Armadas nas questões de lei e ordem, de acordo com as diretrizes do Presidente da

---

<https://www.cartacapital.com.br/politica/witzel-afirma-que-abate-de-criminosos-nao-viola-a-constituicao-federal/>. Acessado em 26 jul. 2020.

<sup>17</sup>SABOIA, G.; LOPES, N e OLIVEIRA, M. (2020) Witzel diz ao STF que "abate" de criminosos não fere a Constituição. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/01/11/witzel-diz-ao-stf-que-abate-de-criminosos-nao-fere-a-constituicao.htm>. Acesso em 26 jul. 2020.

<sup>18</sup>PAULUZE, T e NOGUEIRA, I. (2019). Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>. Acesso em 26/01/2020.

<sup>19</sup>CARVALHO, Marco Antônio; DURÃO, Mariana. (2017) Exército inicia ação no Rio; em 10 anos, tropa teve de ir às ruas em 1/3 dos dias. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-inicia-acao-no-rio-em-10-anos-tropa-teve-de-ir-as-ruas-em-13-dos-dias,70001666018>. Acesso em: 24 de jun. 2020.

República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Segundo Leite (2012), a reação aos novos cenários de violência, insegurança e medo ocorridos no estado do Rio de Janeiro, não raro, recorreu à metáfora hobbesiana da guerra de todos contra todos que estaria em curso, pondo em risco o direito à vida dos cidadãos das comunidades periféricas. Neste sentido, a guerra às drogas também faz parte das mudanças recentes daquilo que foi denominado de novo urbanismo militar (Graham, 2016), que busca assegurar a “ordem urbana” a partir de modelos de militarização, controle e pacificação.

Em dezembro de 2018, o governador recém-eleito no Rio de Janeiro, fez uma viagem a Israel e, dentre os compromissos realizados, reuniu-se com empresas de tecnologias israelenses como Elbit e Israel Aerospace Industries - conhecidas por fabricarem drones para uso civil e militar - com o intuito de conhecer novas tecnologias que possibilitem um maior monitoramento em regiões periféricas do estado fluminense.

(...) os drones são só uma parte do sistema vigilância eletrônica que precisamos ter em nosso estado. Queremos criar uma grande rede de monitoramento e os drones entram como mais um instrumento de vigilância, para monitorar. A proposta inicial é colocar 30 mil câmeras, mas temos comunidades nas quais há uma certa dificuldade para colocar essas câmeras.<sup>20</sup>

Em diversas ocasiões Witzel afirmou que gostaria instalar uma rede de câmeras de segurança para melhorar a capacidade de patrulhamento da Polícia Militar. Segundo ele, aumentar o número de PMs nas ruas não seria suficiente para diminuir os índices de criminalidade. Todavia, o atual governador do Rio de Janeiro sustenta que as câmeras tenham um software de reconhecimento facial que seja capaz de encontrar criminosos procurados em meio à população<sup>21</sup>. Inclusive, Witzel afirma que um sistema similar a esse já funciona no Reino Unido. Porém, essa tecnologia ainda está em teste pela polícia britânica e só é usada em situações específicas, como grandes eventos e manifestações.

Segundo a organização não governamental britânica Big Brother Watch, testes realizados na Inglaterra amparados em sistemas que usam tecnologia similar resultaram

---

<sup>20</sup> **KRESCH, Daniela. (2018)** Governador eleito do Rio compara facções a nazistas e diz que drones não vão atirar. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/governador-do-rio-compara-faccoes-a-nazistas-e-diz-que-drones-nao-va-atirar.shtml>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.

<sup>21</sup> **SABOIA, G.; KAWAGUTI, L. e MATTOS, R. (2018), Um ex-juiz na onda Bolsonaro.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/especiais/wilson-witzel-e-eleito-governador-do-rio-de-janeiro.htm#um-ex-juiz-na-onda-bolsonaro>. Acesso em: 25 jun. 2020.

em 95 “identificações” equivocadas<sup>22</sup>”. Aliás, um aspecto central deste novo urbanismo militar descrito por Graham (2016) é a colonização permanente do espaço urbano com tecnologias de vigilância remota, como câmeras, drones e satélites, visando o monitoramento constante do movimento de todos os indivíduos para a prevenção de ameaças futuras a partir de perfis e padrões de comportamento.

Graham (2016) ainda salienta que esse “novo urbanismo militar” não é uma novidade, ao contrário, é algo que existe na história do nascimento das cidades, embora tenha adicionado novas dimensões contemporâneas às antigas transformações urbanísticas e militares – políticas, culturais e econômicas, que somadas “normalizam” a guerra e os preparativos para ela como elementos centrais da constituição material, político-econômica e cultural das cidades e da vida urbana (Graham, 2016, p. 37).

A militarização também envolve a normalização dos paradigmas militares de pensamento, ação e política; esforços de disciplinar agressivamente corpos, espaços e identidades considerados não condizentes com noções masculinizadas (e interconectadas) de nação, cidadania ou corpo; e o uso de ampla e diversificada propaganda política que romantiza ou higieniza a violência como um meio de vingança legítima ou de conquistas de algum propósito divino. Acima de tudo, a militarização e a guerra organizam a “destruição criativa” de geografias herdadas, economias políticas, tecnologias e culturas. (Graham, 2016, p. 120)

Se a presença de soldados e aparatos militares nas favelas cariocas não é uma novidade, certamente os investimentos técnicos sobre o ambiente urbano, como aquisição de sistema de monitoramento, drones para vigilância e a organização do fluxo da movimentação das pessoas de forma mais severa, parece ser uma inovação. Esses são alguns exemplos do processo de militarização digital das cidades em que o acionamento desta possibilidade com maior frequência e aceitação cada vez mais intensa por parte da população indica a disseminação da lógica da guerra como elemento ordenador da vida social, normatizando uma orientação bélica por meio da militarização da vida, da estética, das interações sociais, da política, da cultura, da economia, do cotidiano, das cidades e de quaisquer outras instâncias da vida que seja possível colonizar subjetividades para além dos territórios.

---

<sup>22</sup> SANTOS, A. (2019) **Câmeras de reconhecimento facial acham criminoso no Carnaval de Salvador**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/03/05/cameras-de-reconhecimento-facial-acham-criminoso-no-carnaval-de-salvador.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

## Jair Bolsonaro e a (hiper)militarização

A vitória de Jair Messias Bolsonaro pelo Partido Social Liberal - PSL nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 - tendo como vice o General Amilton Mourão (PRTB), na coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” -, permitiu com que ascendesse o primeiro presidente autodeclarado conservador eleito desde a redemocratização no país, ocorrida em 1985. Concomitantemente a isso, foi possível verificar a emergência de um grande temor por parte de seus adversários políticos, assim como por grande parte dos movimentos sociais, uma vez que o recém eleito presidente apresentava uma agenda punitivista direcionada para segurança pública e interesses corporativos, além de temas persecutórios contra uma suposta esquerda que se articulava internacionalmente para destruir os valores cristãos, conforme podemos encontrar nos vídeos<sup>23</sup>, aulas<sup>24</sup> e escritos de Olavo de Carvalho (2018), que figura como guru (CARVALHO; BUGALHO, 2020) ou mesmo Raputin (ROSA, 2019) do presidente. Tudo isso, sustentado na crença acerca da existência de uma ameaça globalista contra as soberanias nacionais, que visaria impor um governo ou mesmo estado internacional através da implementação paulatina de uma guerra cultural.

Aliás, essa ideia acerca da existência de uma guerra cultural em curso tão presente nos discursos daqueles sujeitos que recorrentemente se conhecem como conservadores e cristãos, não apenas tem intensificado esse processo de hipermilitarização da vida e do cotidiano, como também passou a colonizar uma parcela da população brasileira, que subjetivou certa política da inimizade (Mbembe, 2017) a partir do estabelecimento de uma cisão, de uma fratura social que hierarquiza e classifica “eles” enquanto inimigos e “nós” como parceiros de luta que deverão enfrentar aqueles que ameaçam certos valores morais tomados etnocentricamente como universais e utilizados por impor uma visão de mundo em detrimento a outras demais.

Como consequência dessa subjetivação bélica, desse modo de ser e de existir orientado pela guerra constante e total, é que Marcelo Bordin (2021) desenvolveu sua análise acerca da hipermilitarização da segurança pública no Brasil, não apenas relatando as suas experiências em diferentes instituições que compõem essa área, mas evidenciando que

Essa "hipermilitarização" (Conceito ser baseado em uma extrapolação dos valores castrenses, para além dos muros dos quartéis, sendo incutido e assimilado

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FkUwnUUF3EQ&t=1977s> Acesso em 21 jul.2020.

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TfLm12Di8Uo> Acesso em: 21jul. 2020.

cotidianamente na sociedade, seja através das formas de policiamento, educação e também através da cultura) no campo da segurança pública brasileira, pode ser identificada após a redemocratização efetivada pela promulgação da Constituição Federal de 1988, e que não foi capaz de promover um retorno dos militares federais à função de defesa contra ataques externos (nesse sentido, a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 não foi capaz de promover uma subordinação das Forças Armadas ao poder civil). (Bordin, 2021, p. 26)

O atual presidente do Brasil, eleito por vias sufragistas em 2018, formou-se em 1977 na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), chegando à patente de capitão. Em 1988, foi para a reserva, após ter sido eleito vereador no Rio de Janeiro<sup>25</sup>. Contudo, apesar de vencer as eleições para a presidência do Brasil através do Partido Social Liberal - PSL, após uma série de conflitos e desentendimentos com Luciano Bivar, presidente do partido à época, Bolsonaro decidiu deixar aquela legenda na tentativa de criar um novo partido, chamado Aliança pelo Brasil.<sup>26</sup>

Bolsonaro se apresentou como um candidato conservador, defensor veemente dos valores familiares, nacionalistas, cristãos, anticomunistas, antiambientalista, anti-indigenista, anti-LGBTQIA+, antifeminista, dentre outros, defendendo que não houve uma ditadura civil-militar brasileira decorrente de um golpe imperado pelas forças armadas em 1964, conjuntamente a outros setores da sociedade brasileira. Além disso, ele reconhece ser um profundo admirador do escritor e polemista Olavo de Carvalho<sup>27</sup>, assim como do General Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar a ser reconhecido e condenado por tortura pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 2008<sup>28</sup>. Aliás, Jair Bolsonaro recorrentemente afirma que o seu livro de cabeceira é *A verdade sufocada*, escrito por Ustra (2018), que tem como propósito negar a censura, perseguição, tortura e mortes promovidas pelos governos militares no período em que administraram o Brasil<sup>29</sup>.

Olavo de Carvalho foi um escritor brasileiro falecido em 2022, que nos últimos anos de sua vida residiu nos Estados Unidos, ministrando, divulgando e comercializando

---

<sup>25</sup> CONHENÇA a trajetória de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>26</sup> MAZUI, G e RODRIGUES, P. (2019) Bolsonaro anuncia saída do PSL e criação de novo partido. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>27</sup> BENITES, A. (2019). Cobrado por vídeo de Olavo de Carvalho, Bolsonaro ensaia freio ao guru do Governo. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/23/politica/1555974866\\_824033.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/23/politica/1555974866_824033.html). Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>28</sup> CARLOS Alberto Brilhante Ustra (Major Tibiriçá). Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>29</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=H3duvjSdcRc> Acesso em 19 maio 2022.

cursos de filosofia online<sup>30</sup>, sem ter uma formação na área<sup>31</sup>, orientado por certa bibliografia de extrema-direita que foi utilizada na curadoria realizada por ele para algumas editoras e rede de editoras, com o propósito de constituir um novo regime de verdade, orientado por livros que visavam conferir certa legitimidade aos seus discursos de ódio<sup>32</sup>. Olavo pregava uma luta incansável contra o multiculturalismo e o politicamente correto<sup>33</sup>, tendo sido um ferrenho defensor do que chamava de “nova política”, o que se caracterizaria como um suposto conjunto de práticas honestas, que se opõem à ilicitude e à corrupção causadas exclusivamente pela esquerda.

Muito embora tenha proferido vários discursos em defesa dessa nova política, o próprio filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), estampou capas de jornais após suposto envolvimento com seu ex-assessor Fabrício Queiroz, que está sendo investigado pelo Ministério Público desde que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF identificou movimentação atípica de 1 milhão e 200 mil reais entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017<sup>34</sup>.

Bolsonaro é o primeiro político egresso das fileiras militares a assumir o Planalto após a redemocratização. Cumpriu sete mandatos como deputado federal no Rio de Janeiro antes da presidência. De fato, ele é um político de perfil improvável e que nunca fez questão de esconder seus posicionamentos radicais, vindo na contramão da redemocratização do país. Desde o fim da ditadura civil-empresarial-militar, em 1985, nenhum militar assumiu o Palácio do Planalto. No congresso, como deputado federal, integrou por 28 anos o chamado baixo clero<sup>35</sup>, ala numerosa e com líderes de pouca expressão na cúpula do parlamento brasileiro. Contudo, a sua vitória nas urnas foi construída na esteira de escândalos políticos, mentiras e a bandeira de luta contra a corrupção. Bolsonaro construiu seu caminho rumo ao planalto com bandeiras de

---

<sup>30</sup> Disponível em: <https://www.seminariodefilosofia.org/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>31</sup>BIO- Olavo de Carvalho. Disponível em: <https://www.seminariodefilosofia.org/olavo-de-carvalho/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>32</sup> <https://theintercept.com/2021/08/28/cedet-vendas-sites-olavo-de-carvalho-extrema-direita/> Acesso em 19 maio 2022.

<sup>33</sup> VILARDAGA, V. (2020). Um governo flertando com o nazismo. Disponível em: <https://istoe.com.br/um-governo-flertando-com-o-nazismo/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>34</sup>OHANA, V. (2019) Nova política' é esconderijo de Bolsonaro para autoritarismo. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/nova-politica-e-esconderijo-de-bolsonaro-para-autoritarismo/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>35</sup> PORTINARI, N e TRINDADE, N. (2019). EX-INTEGRANTE DO 'BAIXO CLERO', BOLSONARO FECHA PORTAS A DEPUTADOS MENOS INFLUENTES. Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/ex-integrante-do-baixo-clero-bolsonaro-fecha-portas-deputados-menos-influentes-24092557> .Acesso em: 21 jul. 2020.

fortalecimento dos sistemas de segurança pública e de combate à corrupção, assuntos esses que nortearam seu discurso político.<sup>36</sup>

A campanha eleitoral do então candidato à presidência Jair Bolsonaro foi marcada por um grande fluxo de mensagens com conteúdo falso que circularam nas plataformas digitais e em aplicativos de trocas de mensagens com informações incorretas sobre diversos assuntos. A reportagem do jornal Folha de São Paulo publicada no dia 18 de outubro de 2018<sup>37</sup> evidenciou que empresas que apoiaram Bolsonaro estavam comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp. A prática é ilegal, pois se tratava de doação não declarada de campanha por empresas, vedada pela legislação eleitoral brasileira.

O presidente Jair Bolsonaro coleciona declarações polêmicas e frases de impacto que vão desde a defesa de todo o tipo de violência produzida pela ditadura civil-empresarial-militar brasileira, combate aos direitos sociais e até mesmo a crítica contumaz aqueles que defendem os direitos humanos, acusados recorrentemente de “bandidólatras” (Pessi; Souza, 2017). São diversas as questões que envolvem esse caráter eminentemente persecutório contra diversos perfis de pessoas que passam a ser acusados de comporem um grupo político constituído por certa ideologia fundamentada no que chamam de marxismo cultural, conceito elástico orientado por um certo signficante flutuante que permite a conversão do dissidente político em inimigo do Estado bolsonarista.

No dia 23 de agosto de 2018, durante campanha eleitoral realizada na cidade de Araçatuba, no interior do Estado de São Paulo, Bolsonaro discursou em cima de um carro de som, condenando veementemente organizações que defendem os direitos humanos. Naquela ocasião, o então candidato à presidência afirmou que “*conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos. Essa bandidada vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles*”. Segundo o candidato, esses movimentos prestam um desserviço para o Brasil e, por isso, não merecem repasse de dinheiro oriundo do governo<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup>LUCAS, H. (2018). Quem é Jair Bolsonaro? O novo presidente do Brasil. Disponível em: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/10/28/quem-e-jair-bolsonaro-o-novo-presidente-do-brasil/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>37</sup>MELLO, P. C. (2018). Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>38</sup> BOLSONARO diz que se eleito 'bandidagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos. (2018) Disponível em: [g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-](http://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-)

O então candidato a presidência Jair Bolsonaro passou a mobilizar os seus apoiadores através da articulação - principalmente por meio do uso das plataformas digitais, em especial, o WhatsApp (Mello, 2020; Nicolau, 2020) - de diversas polêmicas que permitiram uma maior difusão de seus conteúdos amparados em discursos de ódio contra os dissidentes políticos, tratados como inimigos em meio a essa guerra cultural e informacional, que passaram a coadunar as suas visões de mundo com a de seus potenciais eleitores, tudo isso orientado, sobretudo, por mentiras, a exemplo do kit gay<sup>39</sup> e a famigerada mamadeira de piroca<sup>40</sup>.

Não obstante, observa-se ainda que para esses conservadores cristãos associados à Olavo de Carvalho e Jair Bolsonaro, que vivem sob certa cosmologia caracterizada pela crença na existência de uma guerra cultural em vigor, o foco central de seu núcleo fundante se dá a partir daquilo que Pierucci (1990) chamou de conservantismo, ao tratar das novas direitas que emergem após a redemocratização do país a partir de 1985.

O conservantismo é antes de mais nada uma proposta de sociabilidade. [...] é uma combinação de práticas (de distinção, hierarquização, desprezo, humilhação, intolerância, agressão, profilaxia, segregação), de discursos espontâneos e discursos doutrinários abrangendo a esfera pública e a vida privada, de soluções políticas e econômicas mas também de restauração moral, de racionalizações e afetos, princípios e estereótipos, fantasmas e preconceitos girando em torno ou nascendo em raio de uma obsessão indenitária, isto é, de uma necessidade sempre auto referida de preservação à ou trance de um “eu” ou um “nós” ameaçado. (Pierucci, 1990, p. 10)

O então candidato à presidência da república em 2018, Jair Bolsonaro, em entrevista ao Jornal Nacional realizada no dia 28 de agosto de 2018, afirmou que um criminoso não pode ser tratado como “*um ser humano normal*” e, por isso, se um policial “*matar 10, 15 ou 20 com 10 ou 30 tiros cada um*” deve ser condecorado e não processado<sup>41</sup>. Nessa mesma entrevista o então candidato ainda reforçou seu entendimento sobre o combate a criminalidade, declarando diversas vezes que “*violência se combate com mais violência*”, justificando ainda que “*o criminoso não é ser humano normal*”. Todavia, em declarações anteriores, ele já havia dito que “*policial que*

---

aracatuba/noticia/2018/08/23/bolsonaro-diz-que-bandidagem-vai-morrer-em-seu-governo-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos.ghtml. Acesso em: 21 jul. 2020.

<sup>39</sup> <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/16/e-fake-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos.ghtml> Acesso em: 19 maio 2022.

<sup>40</sup> <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/10/20/verificamos-haddad-mamadeira-penis/> Acesso em: 19 maio 2022.

<sup>41</sup> Bolsonaro diz ao JN que criminoso não é 'ser humano normal' e defende policial que 'matar 10, 15 ou 20'. (2018). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/28/bolsonaro-diz-ao-in-que-criminoso-nao-e-ser-humano-normal-e-defende-policial-que-matar-10-15-ou-20.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2020.

*não mata não é policial” e que a “polícia brasileira tinha que matar é mais”.*

Os discursos sobre segurança pública proferidos por Jair Bolsonaro, desde antes de ser eleito à presidência da república em 2018, fortalecem a lógica simplista da guerra urbana permanente, alimentando um imaginário popular de que se pretende reduzir a violência no país, o que não corresponde à realidade, uma vez que os homicídios representam apenas 11% das causas de aprisionamento<sup>42</sup>. A população carcerária brasileira alcançou o patamar de 727 mil presos, a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e China, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias -INFOPEN, o que resultou em um aumento de 707% comparado ao início da década de 1990<sup>43</sup>.

Na área da segurança pública, as principais propostas de Bolsonaro, foram a flexibilização da posse de arma de fogo por decreto<sup>44</sup>, uma série de projetos de lei batizado de Pacote Anticrime<sup>45</sup>, em que, dentre outras propostas, foi apresentada a possibilidade de mudança na norma que prevê a legítima defesa, propondo, inicialmente, facilitar a defesa e até mesmo excluir a culpabilidade daqueles agentes de segurança pública que venham a cometer homicídios em serviço.

O Pacote Anticrime foi capitaneado pelo ex-juiz federal Sérgio Moro, que se tornou ministro da justiça e segurança pública e logo no segundo ano do governo Bolsonaro acabou pedindo demissão. Moro foi o grande protagonista da chamada Operação Lava Jato<sup>46</sup>, ganhando o status de superministro<sup>47</sup> ao aceitar o convite para assumir a pasta do ministério da Justiça e da segurança pública. No entanto, após os escândalos de vazamento de áudios de conversas entre ele e o procurador Deltan Dallagnol, dentre outros personagens que figuraram nessa investigação conhecida

---

<sup>42</sup> WERNECK J (2020). Emergência da extrema direita e ameaças à democracia no Brasil. Disponível em: <https://www.ritimo.org/Militarizacao-da-seguranca-publica-e-a-intervencao-federal-no-Rio-de-Janeiro>. Acesso em: 22 jun. 2020.

<sup>43</sup> INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <http://www.dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias1>. Acesso em: 28 jun. 2020.

<sup>44</sup> SEMER, M. (2019). A farsa da pátria amada. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/farsa-da-patria-armada/>. Acesso em :27 jul. 2020.

<sup>45</sup> PACOTE anticrime agora é lei, Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/elaboracao-legislativa/projetos/anticrime-1>. Acesso em 21 jul. 2020.

<sup>46</sup> OPERAÇÃO lava jato. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato> Acesso em 21 jul. 2020.

<sup>47</sup> ALESSI, G e SABOYA E. (2018). Sérgio Moro aceita ser superministro da Justiça e Segurança Pública de Bolsonaro. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541081900\\_911802.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/01/politica/1541081900_911802.html). Acessado em 26/01/2020

como Vaza Jato<sup>48</sup>, evidenciou-se condutas inadequadas por parte desses profissionais que atuam no sistema de justiça criminal paranaense.

No Brasil, presenciamos algo jamais visto em sua história após o processo de redemocratização, tendo em vista que os militares ocuparam cargos no Executivo federal de uma forma que nunca havia acontecido. Segundo Cerqueira (1998, p. 140) a militarização da segurança pública no país vai muito além da mera estruturação militarizada da polícia, sendo definida como *“um processo de adoção e emprego de modelos, métodos, conceitos, doutrinas, procedimentos e militares em atividades de natureza policial, dando assim uma feição militar às questões de segurança pública”*. No Brasil, a militarização é visível em diversos aspectos da estrutura e organização das PMs aos moldes militares, à adoção de uma visão anticomunista e anti-movimentos sociais, além do compartilhamento de táticas militares que se refletem em sua atuação violenta com base em um modelo de guerra, cujo objetivo é aniquilar o “inimigo”.

O geógrafo inglês Stephen Graham (2016) explicita como isso que chamou de novo urbanismo militar é o que irá caracterizar a vida urbana hoje em todo o planeta. Nesse sentido, o autor sinaliza para a emergência do fenômeno da militarização da sociedade civil, o que ele entende como a extensão das ideias militares para todos os espaços de circulações cotidianas, fazendo da guerra e da preparação para a guerra fatos normalizados. Segundo Souza (2008), trata-se de uma *“militarização da questão urbana”*, que se manifesta no uso da guerra como a metáfora nas narrativas sobre as sociedades urbanas: guerra contra as drogas, contra o crime organizado, contra o terrorismo, contra os narcotraficantes etc. Porém, no caso brasileiro incluirá comunistas, esquerdistas, petistas, globalistas, gayzistas, maconheiristas, indígenas, população LGBTQIA+, dentre outros grupos.

No contexto do novo urbanismo, as fronteiras entre o civil e o militar estão cada vez mais difusas com o crescente uso de tecnologias militares na segurança pública. Graham (2016) cita alguns exemplos: o emprego de drones israelenses por forças policiais em todo o mundo; operadores privados das prisões estadunidenses de segurança máxima são os mesmos que participam da “guerra ao terror”; corporações militares privadas monopolizam os contratos de “reconstrução” tanto no Iraque quanto em Nova Orleans pós-Katrina; especialistas israelenses em controle populacional são

---

<sup>48</sup>AS mensagens segredas da lava jato. Disponível em: <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>. Acesso em 21 jul.2020.

procurados por aqueles que planejam operações de segurança para grandes eventos; mísseis guiados e exércitos privados trabalham na segurança de eventos como as Olimpíadas, Copa do Mundo, reuniões do G20 e encontros políticos.

### Considerações finais

As propostas e discursos de Witzel durante a campanha eleitoral em 2018 buscaram o máximo de proximidade com Bolsonaro. Se o ex-deputado e então candidato à presidência da república defendia segurança jurídica para policiais em caso de mortes em confrontos, o candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro pelo PSC seguia a mesma linha e ia mais longe ao defender o “*abate*” de criminosos armados com fuzil (Palomé, 2022); se Bolsonaro pregava a implantação de escolas militares pelo país, Witzel fazia a mesma promessa para o Rio de Janeiro; se o capitão reformado falava em Deus, o candidato do PSC também recorria à certo perfil religioso. Inclusive, o governador eleito ainda prometeu expandir o número de clubes de tiro como apoio à proposta de Bolsonaro de flexibilizar o Estatuto do Desarmamento com o propósito de facilitar a posse de arma à população.

É ainda mais preocupante, quando ao analisar o discurso de Witzel, encontramos elementos de transformação do outro em inimigo, de forma violenta, que se coadunam com os do presidente eleito Jair Bolsonaro<sup>49</sup>, que defendeu em toda uma vida parlamentar, uma política voltada para a morte, quando exaltou a figura do coronel Brilhante Ustra<sup>50</sup>, um reconhecido torturador da ditadura, no plenário da Câmara<sup>51</sup>, por ocasião da votação do processo de Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, ou quando criticou inúmeras vezes as buscas pelos desaparecidos políticos da ditadura, chegando a posar ao lado de um cartaz sobre as buscas na região do Araguaia, que dizia: “*Quem procura osso é cachorro*”<sup>52</sup> (em referência aos desaparecidos). Após assumir a presidência, Bolsonaro manteve a mesma postura dentro do Palácio do Planalto.

---

<sup>49</sup>BENITES, A. Bolsonaro propõe ‘licença para matar’ para policiais e venda de ativos da Petrobras. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/13/politica/1528925858\\_981167.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/13/politica/1528925858_981167.html). Acessado em 26 jul. 2020.

<sup>50</sup>Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército (de 1970 a 1974), um dos órgãos atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) e torturador condenado.

<sup>51</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>. Acessado em 26/01/2020

<sup>52</sup> BOLSONARO encerra grupos responsáveis por identificar ossadas de vítimas da ditadura. (2019). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/22/bolsonaro-encerra-grupos-responsaveis-por-identificar-ossadas-de-vitimas-da-ditadura/Acessado> em 26 jul. 2020.

Apesar do rompimento do governo federal com o governo Witzel - motivado por desavenças políticas e por um suposto vazamento de informações no processo que apura a morte da vereadora Marielle Franco<sup>53</sup>, no qual o presidente eleito Jair Bolsonaro teria sido citado, a proposta do pacote anticrime, não deixa de convergir com o discurso proferido pelo governador Wilson Witzel, autorizando o “abate” de criminosos e antecipando as ações policiais sobre indivíduos que tenham posse de fuzis.

Este cenário de militarização, marcado por disputas entre supostos traficantes e emprego de força por parte do Estado, repercute na vida da cidade e daqueles que circulam por suas distintas territorialidades, inclusive convivendo com indivíduos empunhando metralhadoras e uma polícia extremamente violenta que para combater o tráfico, tem se comportado de forma cada vez mais truculenta, atingindo principalmente a população mais pobre. Este texto foi escrito com o propósito de apresentar algumas reflexões sobre o novo urbanismo militar (Graham, 2016), também investigado sob a perspectiva da (hiper)militarização (Bordin, 2021), em sua relação com a subjetivação da guerra.

### **Referências Bibliográficas:**

- BORDIN, Marcelo. (2021). A guerra é a regra: a hipermilitarização da segurança pública no Brasil. Curitiba: PG Editorial.
- CARVALHO, Olavo. (2018). O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- CARVALHO, Heloisa; BUGALHO, Henry. (2020). Meu pai, o guru do presidente. Curitiba: Kotter Editorial.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. (1998). Questões preliminares para a discussão de uma proposta de diretrizes constitucionais sobre a segurança pública. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo, n. 22, p. 139-181, abr./jun. 1998.
- FOUCAULT, Michel. (2010). Em defesa da sociedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- GOFFMAN, Erving. (2012). Os quadros da experiência social. Petrópolis: Ed. Vozes.

---

<sup>53</sup>COSTA, R e BITTAR, B. (2019). Apuração da morte de Marielle consolida ruptura entre Bolsonaro e Witzel  
Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/10/31/interna\\_politica,802\\_449/apuracao-da-morte-de-marielle-consolida-ruptura-entre-bolsonaro-e-witz.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/10/31/interna_politica,802_449/apuracao-da-morte-de-marielle-consolida-ruptura-entre-bolsonaro-e-witz.shtml). Acesso em 26 jul. 2020.

- GRAHAM, Stephen. (2016). *Cidades Sitiadas: O novo urbanismo militar*. Tradução Alyne Auzma. São Paulo. Boitempo.
- LEITE, M. P. (2012) Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 6, n. 2, pp. 374-389.
- MBEMBE, Achille. (2017). *Política da inimizade*. Lisboa: Antígona.
- MELLO, Patrícia Campos. (2020). *Máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake News e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MENDONÇA, M. J. (2017) A cidade como espaço de batalha: de Gaza ao Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/105565>. Acesso em 25 jul 2020.
- NICOLAU, Jairo. (2020). *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar.
- PALOMÉ, Juliana Santana. (2022). *Política do "Abate": uma análise da gestão da segurança pública no Estado Fluminense*. Belo Horizonte: Dialética.
- PESSI, Diego; SOUZA, Leonardo Giardin. (2017). *Bandidolatria e democídio: Ensaios sobre garantismo penal e a criminalidade no Brasil*. São Luís: Livraria Resistência Cultural Editora.
- PIERUCCI, Antônio Flávio (1990). *Ciladas da diferença*. *Tempo Social*. São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 7-37.
- ROSA, Pablo O. (2019). *Fascismo Tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória, Ed. Mil Fontes.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. (2008). *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante. (2018). *A verdade sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser.